

**Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Judiciário
Área Administrativa**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'C03', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

**Conhecimentos Básicos
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Redação**

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 70 questões, numeradas de 1 a 70.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Redação.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, borracha ou líquido corretor de texto durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever sua Prova Discursiva-Redação, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Redação (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS BÁSICOS

Língua Portuguesa

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 6, considere o texto abaixo.

Vou falar da palavra pessoa, que persona lembra. Acho que aprendi o que vou contar com meu pai. Quando elogiavam demais alguém, ele resumia sóbrio e calmo: é, ele é uma pessoa. Até hoje digo, como se fosse o máximo que se pode dizer de alguém que venceu numa luta, e digo com o coração orgulhoso de pertencer à humanidade: ele, ele é um homem.

Persona. Tenho pouca memória, por isso já não sei se era no antigo teatro grego que os atores, antes de entrar em cena, pregavam ao rosto uma máscara que representava pela expressão o que o papel de cada um deles iria exprimir.

Bem sei que uma das qualidades de um ator está nas mutações sensíveis de seu rosto, e que a máscara as esconde. Por que então me agrada tanto a ideia de atores entrarem no palco sem rosto próprio? Quem sabe, eu acho que a máscara é um dar-se tão importante quanto o dar-se pela dor do rosto. Inclusive os adolescentes, estes que são puro rosto, à medida que vão vivendo fabricam a própria máscara. E com muita dor. Porque saber que de então em diante se vai passar a representar um papel é uma surpresa amedrontadora. É a liberdade horrível de não ser. E a hora da escolha.

Mesmo sem ser atriz nem ter pertencido ao teatro grego – uso uma máscara. Aquela mesma que nos partos de adolescência se escolhe para não se ficar desnudo para o resto da luta. Não, não é que se faça mal em deixar o próprio rosto exposto à sensibilidade. Mas é que esse rosto que estava nu poderia, ao ferir-se, fechar-se sozinho em súbita máscara involuntária e terrível. É, pois, menos perigoso escolher sozinho ser uma pessoa. Escolher a própria máscara é o primeiro gesto involuntário humano. E solitário. Mas quando enfim se afivela a máscara daquilo que se escolheu para representar o mundo, o corpo ganha uma nova firmeza, a cabeça ergue-se altiva como a de quem superou um obstáculo. A pessoa é.

Se bem que pode acontecer uma coisa que me humilha contar.

É que depois de anos de verdadeiro sucesso com a máscara, de repente – ah, menos que de repente, por causa de um olhar passageiro ou uma palavra ouvida – de repente a máscara de guerra de vida cresta-se toda no rosto como lama seca, e os pedaços irregulares caem com um ruído oco no chão. Eis o rosto agora nu, maduro, sensível quando já não era mais para ser. E ele chora em silêncio para não morrer. Pois nessa certeza sou implacável: este ser morrerá. A menos que renasça até que dele se possa dizer “esta é uma pessoa”.

(Adaptado de: LISPECTOR, Clarice. “Persona”, em **Clarice na cabeceira: crônicas**. Rio de Janeiro, Rocco Digital, 2015)

1. Conforme o texto,

- (A) a humilhação em ser reconhecido sem máscaras, como um ator que desempenha mal seu papel, expõe, em contrapartida, uma verdadeira sensibilidade, visível apenas naqueles que abdicam das falsas aparências.
- (B) a máscara que vestimos por toda a vida só dá lugar às verdadeiras expressões quando, já na velhice, conseguimos atingir plena consciência de nós mesmos e já não temos de desempenhar nenhum papel.
- (C) a negação de sua própria natureza, fato que ocorre desde a adolescência, é fator decisivo na solidão que caracteriza aqueles que não conseguem, por isso mesmo, vencer os obstáculos da vida.
- (D) embora as expressões do rosto também componham uma das virtudes de um ator, a máscara que veste como personagem é vista como um sucedâneo da personalidade que se vai cultivar desde a adolescência.
- (E) o termo *persona* ilustra com propriedade a transformação que se opera nos adolescentes, que, como atores, deixam-se seduzir por todo um universo fictício, e terminam por dispender suas vidas em experiências dolorosas.

2. Na frase *E ele chora em silêncio para não morrer* (último parágrafo), a oração sublinhada acima complementa o sentido

- (A) da oração anterior, de modo que pode ser substituída por um substantivo.
- (B) do pronome “ele”, e pode ser assim reescrita: “para que não se morra”.
- (C) da locução adverbial “em silêncio”, e por isso possui a mesma função de um adjetivo.
- (D) do substantivo “silêncio”, e pode ser substituída por uma oração adjetiva.
- (E) do verbo “chorar”, e por isso possui função adverbial, expressando finalidade.



3. Mantendo-se o sentido e a correção, o termo sublinhado pode ser substituído pelo que se encontra entre parênteses em:

- (A) A menos que renasça até que dele se possa dizer “esta é uma pessoa”. (Sem que)
- (B) É, pois, menos perigoso escolher sozinho ser uma pessoa. (conquanto)
- (C) Se bem que pode acontecer uma coisa que me humilha contar. (No entanto, seguido de vírgula)
- (D) Bem sei que uma das qualidades de um ator está nas mutações... (Por mais que)
- (E) ... a cabeça ergue-se altiva como a de quem superou um obstáculo. (conforme)

4. As frases abaixo referem-se à pontuação do texto.

I. ... a máscara de guerra de vida cresta-se toda no rosto como lama seca, e os pedaços irregulares caem com um ruído oco no chão. (último parágrafo)

A vírgula colocada após *lama seca* justifica-se pelo fato de separar duas orações de sujeitos diferentes.

II. Escolher a própria máscara é o primeiro gesto involuntário humano. E solitário. (4º parágrafo)

O ponto final imediatamente após *humano*, embora possa ser substituído corretamente por uma vírgula, presta-se a dar ênfase ao segmento posterior.

III. ... à medida que vão vivendo fabricam a própria máscara. (3º parágrafo)

Pode-se acrescentar uma vírgula após o segmento *vão vivendo*, sem prejuízo da correção e do sentido da frase.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) III, apenas.

5. Nos segmentos que representava (2º parágrafo), as esconde (3º parágrafo) e como a de quem superou um obstáculo (4º parágrafo), os termos sublinhados se referem, respectivamente, a:

- (A) *rosto* – *mutações sensíveis* – *máscara*
- (B) *máscara* – *mutações sensíveis* – *cabeça*
- (C) *rosto* – *qualidades* – *firmeza*
- (D) *máscara* – *qualidades* – *cabeça*
- (E) *máscara* – *mutações sensíveis* – *firmeza*

6. ... era no antigo teatro grego que os atores, antes de entrar em cena, pregavam ao rosto uma máscara que representava pela expressão o que o papel de cada um deles iria exprimir. (2º parágrafo)

Fazendo-se as devidas alterações na frase acima, caso o segmento *uma máscara* seja transformado em **sujeito** da oração a que pertence, o verbo por ele regido deverá assumir a seguinte forma:

- (A) pregavam-se
- (B) seria pregada
- (C) era pregada
- (D) eram pregados
- (E) havia sido pregada



Atenção: Para responder às questões de números 7 a 12, considere o texto abaixo.

Em um trabalho de Gilles Lipovetsky e Jean Serroy, defende-se a ideia de que em nossos dias há o enaltecimento de uma cultura global, a cultura-mundo, que, apoiando-se no apagamento das fronteiras, cria denominadores culturais dos quais participam sociedades e indivíduos, apesar das diferentes tradições, crenças e línguas que lhes são próprias.

Embora seja um estudo perspicaz, algumas afirmações me parecem discutíveis. Uma que se diria pouco procedente consiste em supor-se que, em vista de milhões de turistas visitarem locais como a Acrópole e os anfiteatros gregos da Sicília, a cultura não perdeu valor em nosso tempo. Mas as visitas de multidões a grandes museus e monumentos históricos não representam um interesse genuíno pela “alta cultura” (assim a chamam), visto que isso faz parte da obrigação do turista. Em vez de despertar seu interesse pelo passado e pela arte, exonera-o de conhecê-los a fundo. Essas visitas dos turistas “em busca de distrações” desnaturam o significado real desses museus e monumentos.

Um estudo recente do sociólogo Frédéric Martel mostra que tal “cultura-mundo” de que falavam Lipovetsky e Serroy já ficou para trás, defasada pela voragem de nosso tempo.

As reportagens e os testemunhos coligidos por Martel são representativos de uma realidade que a sociologia e a filosofia ainda não tinham se atrevido a reconhecer. A maioria das pessoas não consome hoje outra forma de cultura que não seja aquela que, antes, era considerada passatempo, sem parentesco com as atividades intelectuais e artísticas que constituíam a cultura. O autor vê com simpatia essa transformação, porque, graças a ela, a cultura do grande público arrebatou a vida cultural à pequena minoria, que antes a monopolizava.

A diferença essencial entre a cultura do passado e o entretenimento de hoje é que os produtos daquela pretendiam transcender o tempo presente, ao passo que os produtos deste são fabricados para serem consumidos no momento e desaparecer.

Para essa nova cultura são essenciais a produção industrial maciça e o sucesso comercial. A distinção entre preço e valor se apagou. É bom o que tem sucesso; mau o que não conquista o público. O único valor existente é agora o fixado pelo mercado.

(Adaptado de: LLOSA, Mario Vargas. **A civilização do espetáculo**: Uma radiografia do nosso tempo e da nossa cultura. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. Edição digital)

7. Considerando que certas afirmações de Gilles Lipovetsky e Jean Serroy suscitam dúvida, Vargas Llosa
- (A) estabelece uma distinção entre produtos culturais bem e malsucedidos, sendo que estes são provenientes da produção industrial em massa.
 - (B) critica o apagamento das fronteiras culturais, uma vez que não leva em conta as diferenças simbólicas entre as culturas de sociedades diversas.
 - (C) atualiza o conceito de “cultura-mundo”, argumentando que a cultura do passado perdurou, chegando até o presente por meio de museus que a consagram.
 - (D) questiona a ideia de que as visitas de turistas a museus e monumentos históricos resultem em conhecimento aprofundado e interesse verdadeiro por eles.
 - (E) enaltece o caráter efêmero dos produtos culturais de hoje, mas ressalta que, apesar disso, a cultura é disseminada de forma mais democrática na atualidade.
-
8. O verbo que pode ser flexionado em uma forma do plural, sem que nenhuma outra modificação seja feita na frase, encontra-se em:
- (A) *A maioria das pessoas não consome hoje outra forma de cultura...*
 - (B) *A distinção entre preço e valor se apagou.*
 - (C) *... a cultura do grande público arrebatou a vida cultural à pequena minoria...*
 - (D) *Em um trabalho de Gilles Lipovetsky e Jean Serroy, defende-se a ideia de que...*
 - (E) *... a cultura-mundo, que (...) cria denominadores culturais...*

9. *assim a chamam // exonera-o // conhecê-los a fundo* (2º parágrafo)

No contexto, os elementos sublinhados acima se referem, respectivamente, a:

- (A) *alta cultura* – *interesse* – *museus e monumentos históricos*
- (B) *obrigação* – *interesse* – *museus e monumentos históricos*
- (C) *alta cultura* – *interesse* – *passado e arte*
- (D) *obrigação* – *turista* – *passado e arte*
- (E) *alta cultura* – *turista* – *passado e arte*



10. A um segmento do texto segue-se uma nova redação, em que se mantêm a correção e a lógica, em:
- (A) *As reportagens e os testemunhos coligidos por Martel são representativos de uma realidade // Martel levou em consideração reportagens e testemunhos inerentes à uma realidade*
 - (B) *A distinção entre preço e valor se apagou // Não se observam mais a diferença entre valores e preços*
 - (C) *a sociologia e a filosofia ainda não tinham se atrevido a reconhecer // a sociologia e a filosofia ainda não haviam tido a ousadia de admitir*
 - (D) *Para essa nova cultura são essenciais a produção industrial maciça e o sucesso comercial // À essa nova cultura não pode faltar, a produção industrial maciça e o sucesso comercial*
 - (E) *já ficou para trás, defasada pela voragem de nosso tempo // já é ultrapassada, devido a defasagem arrebatada pela época atual*

11. ... dos quais participam sociedades e indivíduos, apesar das diferentes tradições, crenças e línguas que lhes são próprias. (1º parágrafo)

No contexto, o segmento sublinhado acima pode ser corretamente substituído por:

- (A) apropriados a elas.
 - (B) peculiares a eles.
 - (C) às quais são peculiares a eles.
 - (D) as quais são apropriadas a elas.
 - (E) à que a eles são apropriadas.
12. *Essas visitas dos turistas "em busca de distrações" desnaturam o significado real desses museus e monumentos.* (2º parágrafo)
- Transpondo-se a frase acima para a **voz passiva**, a forma verbal resultante será:
- (A) desnaturam-se.
 - (B) é desnaturado.
 - (C) são desnaturadas.
 - (D) foi desnaturada.
 - (E) tenham desnaturado.

Matemática e Raciocínio Lógico-Matemático

13. O número natural x possui ao todo três divisores positivos distintos. O número natural y possui ao todo três divisores positivos distintos. O produto $x \cdot y$ é um número natural maior que 30 e menor que 40. A soma $x + y$ é igual a
- (A) 12.
 - (B) 14.
 - (C) 13.
 - (D) 16.
 - (E) 19.
14. Duas pessoas, **P** e **Q**, distam uma da outra, em linha reta, x metros. Simultaneamente **P** e **Q** caminham, uma em direção à outra, durante 15 minutos. **P** caminha exatamente $\frac{1}{4}$ de x e **Q** caminha exatamente $\frac{2}{5}$ de x . Nesse momento, a distância que as separam é y . Nos 15 minutos seguintes, **P** caminha exatamente $\frac{1}{3}$ de y e **Q** caminha exatamente $\frac{1}{2}$ de y . Após esses 30 minutos de caminhada, é correto afirmar que
- (A) **P** e **Q** estão exatamente no mesmo lugar.
 - (B) **P** e **Q** já se cruzaram e estão separadas por uma distância igual a $\frac{13}{120}$ de x .
 - (C) **P** e **Q** ainda não se cruzaram e estão separadas por uma distância igual a $\frac{7}{120}$ de x .
 - (D) **P** e **Q** já se cruzaram e estão separadas por uma distância igual a $\frac{17}{120}$ de x .
 - (E) **P** e **Q** ainda não se cruzaram e estão separadas por uma distância igual a $\frac{11}{120}$ de x .



15. Ao comprar um produto de R\$ 100,00, foram oferecidos para Clóvis dois planos de pagamento. No primeiro plano, ele pagaria no momento da compra, à vista, e receberia um desconto de 4%. No segundo plano, ele pagaria os R\$ 100,00 em duas parcelas de R\$ 50,00, sendo a primeira após 30 dias da compra, e a segunda após 60 dias da compra. Clóvis tem ao seu dispor um investimento que rende 3% a cada 30 dias. Clóvis escolheu o plano que mais o favorecia e realizou a compra. Comparando-se os dois planos, é correto concluir que a escolha de Clóvis o favoreceu em, aproximadamente,
- (A) R\$ 0,35.
(B) R\$ 1,32.
(C) R\$ 0,63.
(D) R\$ 1,15.
(E) R\$ 0,84.
-
16. Em uma empresa, no ano de 2005, o total de funcionários era 100, e a razão entre o número de homens e o número de mulheres era $\frac{7}{3}$. De 2005 até 2010 nenhum funcionário se desligou da empresa e foram feitas contratações de modo a duplicar o número total de funcionários. Após essas contratações a razão, que era $\frac{7}{3}$, passou a ser $\frac{3}{2}$. Desse modo, é correto concluir que a razão entre o número de homens contratados e o número de mulheres contratadas, nesse período, foi
- (A) $\frac{3}{4}$.
(B) $\frac{5}{3}$.
(C) $\frac{2}{1}$.
(D) $\frac{1}{1}$.
(E) $\frac{4}{5}$.
-
17. Na sequência de números $\left(x, x - \frac{1}{3}, x - \frac{2}{3}, x - \frac{3}{3}, \dots\right)$ a diferença entre o quinto e o nono termos, nesta ordem, é igual a
- (A) $\frac{5}{3}$.
(B) $\frac{2}{3}$.
(C) 1.
(D) $\frac{7}{3}$.
(E) $\frac{4}{3}$.



18. Considere a afirmação I como sendo FALSA e as outras três afirmações como sendo VERDADEIRAS.

- I. Lucas é médico ou Marina não é enfermeira.
- II. Se Arnaldo é advogado, então Lucas não é médico.
- III. Ou Otávio é engenheiro, ou Marina é enfermeira, mas não ambos.
- IV. Lucas é médico ou Paulo é arquiteto.

A partir dessas informações, é correto afirmar que

- (A) Paulo não é arquiteto ou Marina não é enfermeira.
- (B) Marina é enfermeira e Arnaldo não é advogado.
- (C) Se Lucas não é médico, então Otávio é engenheiro.
- (D) Otávio é engenheiro e Paulo não é arquiteto.
- (E) Arnaldo é advogado ou Paulo é arquiteto.

Noções de Informática

19. Um Analista comprou um roteador *wireless* e o conectou por cabo em um *switch* para acessar a estrutura de rede cabeada. Isso permitiu que todos os dispositivos sem fio conectados nesse roteador tivessem acesso a todos os serviços disponíveis na rede cabeada, como por exemplo, acesso à internet. Nesse caso, o roteador foi configurado pelo Analista para operar no modo

- (A) ponto-a-ponto.
- (B) *access point*.
- (C) *bridge*.
- (D) *modem*.
- (E) *backbone*.

20. Um Analista utiliza um conjunto de aplicativos de escritório (*Google Docs*) que não estão instalados em seu computador, mas em servidores espalhados em pontos diversos da internet. Além de acessar os aplicativos, guarda também os documentos produzidos por meio deles nesses servidores, de forma a poder acessá-los a partir de qualquer computador com acesso à internet. O Analista utiliza um tipo de computação em nuvem conhecido como

- (A) *Development as a Service*.
- (B) *Software as a Service*.
- (C) *Platform as a Service*.
- (D) *Infrastructure as a Service*.
- (E) *Communication as a Service*.

21. Um Analista comprou um *pen drive* de 16 GB para armazenar os filmes de uma campanha publicitária da organização em que trabalha. Quando estava gravando o sexto filme no *pen drive*, apareceu uma mensagem informando que não havia espaço suficiente para a gravação. Os 5 filmes que conseguiu gravar foram:

Filme1.mp4 - 3.950.000.000 bytes
Filme2.mov - 900.250 KB
Filme3.mp4 - 3700 MB
Filme4.mpg - 3,35 GB
Filme5.mp4 - 3.000.000.000 bytes

Para a gravação NÃO ter ocorrido, o sexto arquivo pode ter qualquer tamanho

- (A) menor do que 3 GB.
- (B) maior do que 700 MB.
- (C) menor do que 3700 MB.
- (D) maior do que 1.9 GB.
- (E) maior do que 600000 KB.



22. Considere o texto abaixo:

Um grupo de especialistas em segurança encontrou um novo tipo de malware, que está se espalhando massivamente por meio do Facebook Messenger.

Trata-se do Digmine, um malware que usa sistemas infectados para extrair a criptomoeda Monero. Esse malware é enviado às vítimas como um link para um arquivo de vídeo, quando na verdade é um script executável que afeta as versões desktop e web do Facebook Messenger, usando o navegador Google Chrome para minerar a moeda Monero no computador.

(Adaptado de: <https://guiadobitcoin.com.br/>)

Esse tipo de *malware*, que parece ser uma coisa (vídeo), mas na realidade é outra (*script* de mineração), é categorizado como

- (A) *trojan*.
- (B) *backdoor*.
- (C) *adware*.
- (D) *rootkit*.
- (E) *ransomware*.

Noções sobre Direitos das Pessoas com Deficiência

23. Na área da saúde, a Lei nº 7.853/1989 prevê como promoção de ação preventiva em benefício da pessoa com deficiência

- (A) o incentivo à pesquisa tecnológica em áreas do conhecimento.
- (B) a criação de serviços de reabilitação.
- (C) a imunização.
- (D) o desenvolvimento de programas de saúde com a participação da sociedade.
- (E) a garantia do atendimento domiciliar.

24. Segundo a Constituição Federal brasileira, o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de

- (A) atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente em equipamento de ensino especial.
- (B) atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.
- (C) ensino a distância, para pessoas com locomoção limitada.
- (D) redução da carga horária para esgotamento da grade escolar.
- (E) atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente em equipamentos mistos, que permitam a integração social.

25. A Lei Brasileira de Inclusão, em seu texto, no que diz respeito ao direito à igualdade e a não discriminação, prevê expressamente que a pessoa com deficiência

- (A) seja representada por seu curador quando necessário seu consentimento livre e esclarecido para a realização de tratamento.
- (B) poderá exercer direitos sexuais e reprodutivos desde que assistida por terceiro.
- (C) será submetida à esterilização compulsória somente com decisão judicial nesse sentido.
- (D) não está obrigada à fruição de benefícios decorrentes de ação afirmativa.
- (E) tem direito a diagnóstico e intervenção precoce.



26. A Lei nº 8.899/1994 assegura:
- (A) passe com valor reduzido à metade, à pessoa com deficiência que seja carente, para transporte coletivo intermunicipal.
 - (B) passe com valor reduzido à metade, à pessoa com deficiência, para transporte coletivo intermunicipal.
 - (C) passe livre, à pessoa com deficiência que seja carente, para transporte coletivo intermunicipal.
 - (D) passe livre, à pessoa com deficiência que seja carente, para transporte coletivo interestadual.
 - (E) passe com valor reduzido à metade, à pessoa com deficiência que seja carente, para transporte coletivo interestadual.

Legislação e Ética no Serviço Público

27. Considere que hipoteticamente João ocupe junto ao Tribunal Regional do Trabalho cargo em comissão de livre nomeação e exoneração. Pretende ser nomeado para integrar a Comissão de Ética do Tribunal. A pretensão de João é
- (A) viável, desde que nunca tenha sofrido punição administrativa ou criminal, hipótese em que poderá ser designado pela Presidência do Tribunal, para exercer mandato de dois anos.
 - (B) viável, podendo ser designado pela Presidência do Tribunal, para exercer mandato de dois anos, permitida a recondução.
 - (C) viável, desde que seja designado como suplente, isso em razão da natureza do vínculo mantido com a instituição.
 - (D) inviável, pois João responde a processo administrativo disciplinar, não fosse isso poderia ser designado pela Presidência para integrar, como membro efetivo ou suplente, a comissão.
 - (E) inviável, pois somente podem integrar a referida Comissão os servidores efetivos e estáveis, que nunca sofreram punição administrativa ou penal.

28. Considere que hipoteticamente Antonio seja servidor público da União e esteja afastado para exercer suas funções junto ao Tribunal Regional do Trabalho. Foi realizada representação escrita e fundamentada contra Antonio, que teria agido contrariamente às normas do Código de Ética do Tribunal. A Comissão de Ética, à qual foi dirigida a representação,
- (A) deve recebê-la e encaminhá-la à Presidência, autoridade competente para instaurar sindicância ou processo administrativo disciplinar, conforme o caso, desde que haja indícios de materialidade e autoria.
 - (B) não deve recebê-la, pois Antonio não está submetido ao Código de Ética, por não ser servidor efetivo e estável do Tribunal.
 - (C) deve recebê-la e processá-la, desde que haja deliberação, nesse sentido, por maioria de seus membros.
 - (D) não deve recebê-la, porque endereçada à autoridade incompetente, tendo atribuição para tanto a Presidência ou a Vice-Presidência do Tribunal.
 - (E) poderá, se assim entender cabível e por deliberação da maioria de seus membros, recebê-la ou arquivá-la, se a conduta não configurar falta ética.

29. Um artista de renome nacional faria show na cidade em que Celso, servidor do Tribunal Regional do Trabalho, trabalha e reside. Hipoteticamente, Celso, utilizando de seu cargo, tenha obtido convite para o referido evento, prometendo, em troca, informações ágeis e privilegiadas quanto à tramitação de ação trabalhista movida em face da Casa de Eventos organizadora da apresentação artística. A conduta de Celso
- (A) fere o código de ética, mas Celso não está sujeito à sanção de repreensão ética na hipótese de, pelos mesmos fatos, responder sindicância ou processo administrativo disciplinar.
 - (B) não fere o código de ética, pois os jurisdicionados têm direito à informação, razão por que a conduta não fere princípios tampouco normas de conduta.
 - (C) fere o código de ética, mas não configura falta funcional, que não prescinde para sua configuração da exigência de vantagem economicamente mensurável.
 - (D) não configura falta ética, desde que Celso não cumpra a promessa feita à Casa de Eventos, por ausência de prejuízo.
 - (E) configura falta ética e possibilita, após regular apuração, a aplicação, pela autoridade competente, da penalidade de censura ética, sem prejuízo da aplicação da sanção correspondente à falta funcional correlata.

30. Nos termos da Lei nº 8.112/1990, a investidura em cargo público
- (A) se dará com a nomeação do servidor no cargo público.
 - (B) somente se dará com a entrada em exercício no cargo público.
 - (C) ocorrerá com a posse.
 - (D) ocorrerá com a posse na hipótese de cargo efetivo e com a nomeação na hipótese de cargo em comissão.
 - (E) ocorrerá com a nomeação para cargo efetivo e com a entrada em exercício para cargo em comissão.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Noções de Direito Constitucional**

31. A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelo princípio que
- (A) autoriza o uso da intervenção, em qualquer hipótese, desde que autorizada pelo Senado Federal.
 - (B) prega a solução dos conflitos por meio do uso da força, competindo ao Presidente da República declarar guerra, no caso de agressão estrangeira, autorizado pelo Senado Federal.
 - (C) reconhece a diferença hierárquica entre os Estados em função de sua importância econômica.
 - (D) reconhece a autodeterminação dos povos.
 - (E) estimula a competição entre os povos para o progresso da humanidade.
-
32. A Constituição Federal autoriza o pedido de interceptação de comunicações telefônicas, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de:
- (A) investigação de improbidade administrativa.
 - (B) prova em ação civil de investigação de paternidade.
 - (C) investigação criminal ou instrução processual penal.
 - (D) instrução de inquérito civil.
 - (E) prova em ação civil de alimentos.
-
33. À luz do que dispõe a Constituição Federal quanto aos direitos e garantias fundamentais,
- (A) as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.
 - (B) os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, pelo voto da maioria absoluta dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.
 - (C) são gratuitas as ações de *habeas corpus*, *habeas data*, mandado de segurança e mandado de injunção.
 - (D) ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade policial competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei.
 - (E) é vedada, sem exceção, a pena de morte no Brasil.
-
34. Enrico e Giorgia Rossi, casados e cidadãos italianos, estão, como voluntários, a serviço da Alemanha, participando de programas de combate à fome e à pobreza no Brasil. Eventual filho do casal nascido durante sua estadia em território brasileiro é considerado
- (A) apátrida.
 - (B) brasileiro naturalizado.
 - (C) estrangeiro.
 - (D) brasileiro nato, desde que opte, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.
 - (E) brasileiro nato.
-
35. Sobre o Poder Executivo, a Constituição Federal estabelece que:
- (A) o Presidente e o Vice-Presidente da República não poderão, sem licença do Congresso Nacional, ausentar-se do País por prazo superior a 10 dias, sob pena de perda do cargo.
 - (B) o mandato do Presidente da República é de quatro anos e terá início em quinze de janeiro do ano seguinte ao da sua eleição.
 - (C) em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente da República, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente do Senado Federal, o da Câmara dos Deputados e o do Supremo Tribunal Federal.
 - (D) o Presidente da República tomará posse em sessão do Congresso Nacional, prestando o compromisso de manter, defender e cumprir a Constituição, observar as leis e promover o bem geral do povo brasileiro, solenidade essa da qual é dispensado o Vice-Presidente da República.
 - (E) será considerado eleito Presidente da República o candidato que, registrado por partido político, obtiver a maioria absoluta de votos, não computados os em branco e os nulos.



36. À luz do que dispõe a Constituição Federal quanto ao regime de precatórios judiciais,
- (A) a seu critério exclusivo e na forma de lei, a União poderá assumir débitos, oriundos de precatórios, de Estados, Distrito Federal e Municípios, refinanciando-os diretamente.
 - (B) a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aferirão mensalmente, em base anual, o comprometimento de suas respectivas receitas correntes líquidas com o pagamento de precatórios, excluídas as obrigações de pequeno valor.
 - (C) é permitida, desde que por uma única vez, a expedição de precatórios complementares ou suplementares de valor pago, bem como o fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução para fins de enquadramento em obrigações definidas em leis como de pequeno valor.
 - (D) os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas Federal, Estaduais, Distrital e Municipais, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem decrescente de valores.
 - (E) os presidentes dos tribunais que, por ato comissivo ou omissivo, retardarem ou tentarem frustrar a liquidação regular de precatórios, não poderão ser processados por crime de responsabilidade, haja vista que a sua responsabilidade será averiguada perante o Conselho Nacional de Justiça.

37. Acerca do que dispõe a Constituição Federal sobre a promoção de membros do Poder Judiciário:

- (A) é obrigatória a promoção do juiz que figure por duas vezes consecutivas ou três alternadas em lista de merecimento.
- (B) a promoção por merecimento pressupõe ao menos três anos de exercício na respectiva entrância.
- (C) na apuração de antiguidade, o tribunal somente poderá recusar o juiz mais antigo pelo voto fundamentado da maioria absoluta de seus membros.
- (D) a aferição do merecimento dá-se conforme o desempenho e pelos critérios subjetivos no exercício da jurisdição.
- (E) não será promovido o juiz que, injustificadamente, retiver autos em seu poder além do prazo legal, não podendo devolvê-los ao cartório sem o devido despacho ou decisão.

38. Nos estritos termos da Constituição Federal acerca das funções essenciais à Justiça:

- (A) O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral de Justiça, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal.
- (B) Dentre as funções institucionais do Ministério Público está a de prestar consultoria e assessoramento jurídico para o Poder Executivo.
- (C) Os Procuradores-Gerais de Justiça nos Estados e no Distrito Federal e Territórios poderão ser destituídos por deliberação da maioria absoluta do Poder Legislativo, na forma da lei complementar respectiva.
- (D) O Ministério Público não poderá requisitar diligências investigatórias, nem a instauração de inquérito policial, haja vista se tratar de atividade privativa de delegados de polícia.
- (E) Aos membros do Ministério Público junto aos Tribunais de Contas não se aplica a vedação constitucional de participar de sociedade comercial.

Noções de Direito do Trabalho

39. Maurício e a empresa LXG Tratores Ltda. chegaram a um acordo para rescindirem o contrato de trabalho, em vigor há cinco anos. A empresa pagou a Maurício, a título de verbas rescisórias, metade do aviso prévio indenizado e das férias proporcionais + 1/3; já o saldo de salário, as férias vencidas + 1/3 e o 13º salário proporcional foram pagos integralmente, com o saque de 50% dos depósitos do FGTS acrescidos da multa de 20%. Sobre as verbas rescisórias,
- (A) foram pagas de forma errada, uma vez que o 13º salário proporcional também é devido pela metade e não integralmente.
 - (B) foram pagas corretamente, não tendo direito o obreiro a gozar do Programa do Seguro-Desemprego.
 - (C) foram pagas corretamente, mas tendo direito o obreiro a gozar do Programa do Seguro-Desemprego, devendo o empregador lhe entregar as respectivas guias.
 - (D) foram pagas de forma errada, uma vez que são devidas as férias proporcionais + 1/3 de forma integral e o saque de 80% dos depósitos do FGTS.
 - (E) não existe esta modalidade de rescisão do contrato de trabalho na legislação vigente, tendo em vista a impossibilidade de saque de apenas 50% dos depósitos.



40. Lucas vendeu sua parte na sociedade Posto de Gasolina Boa Viagem Ltda. em 17/02/2017, data em que foi feita a averbação da modificação do contrato. Tendo em vista a responsabilidade do sócio retirante e esgotados os meios de execução da pessoa jurídica e dos sócios atuais, responde
- (A) subsidiariamente pelas obrigações trabalhistas da sociedade relativas ao período em que figurou como sócio, somente em ações ajuizadas até dois anos depois de averbada a modificação do contrato.
 - (B) solidariamente pelas obrigações trabalhistas da sociedade relativas ao período em que figurou como sócio, somente em ações ajuizadas até dois anos depois de averbada a modificação do contrato.
 - (C) subsidiariamente pelas obrigações trabalhistas da sociedade relativas ao período dos últimos dois anos em que figurou como sócio, somente em ações ajuizadas até dois anos depois de averbada a modificação do contrato.
 - (D) solidariamente pelas obrigações trabalhistas da sociedade relativas ao período dos últimos dois anos em que figurou como sócio, somente em ações ajuizadas até dois anos depois de averbada a modificação do contrato.
 - (E) subsidiariamente pelas obrigações trabalhistas da sociedade relativas ao período em que figurou como sócio, somente em ações ajuizadas até cinco anos depois de averbada a modificação do contrato.
-
41. Nestor foi eleito representante dos empregados na comissão para representá-los junto à sua empresa, que conta com mais de duzentos empregados. Neste caso,
- (A) o mandato de Nestor implica em suspensão do contrato de trabalho, para que possa desempenhar a contento seus afazeres na comissão.
 - (B) Nestor não poderá sofrer despedida arbitrária, desde o registro da candidatura até um ano após o fim do mandato.
 - (C) o mandato de Nestor implica em interrupção do contrato de trabalho, para que possa desempenhar a contento seus afazeres na comissão.
 - (D) faz parte das atribuições de Nestor, entre outras, representar os empregados perante a administração da empresa, o Ministério Público do Trabalho e perante o INSS.
 - (E) Nestor não poderá ser candidato novamente no período subsequente àquele em que houver exercido a função de representante dos empregados na comissão.
-
42. No tocante ao aviso prévio, considere:
- I. O aviso prévio proporcional ao tempo de serviço é aquele de trinta dias para os empregados com até um ano de serviço na mesma empresa, acrescidos de três dias por ano de serviço até o máximo de sessenta dias, perfazendo um total de noventa dias.
 - II. O pagamento relativo ao período do aviso prévio indenizado não está sujeito à contribuição do FGTS.
 - III. Em caso de aviso prévio cumprido em casa, o prazo para pagamento das verbas rescisórias é até o décimo dia da notificação da demissão.
- Está correto o que se afirma em
- (A) II e III, apenas.
 - (B) I, II e III.
 - (C) I e III, apenas.
 - (D) I e II, apenas.
 - (E) I, apenas.
-
43. A Empresa Céu Azul Cobertores Ltda., sem qualquer comunicado prévio, descontou de todos os seus empregados, sindicalizados e não sindicalizados, contribuição confederativa de 1,5% sobre o salário-base nos meses de janeiro e fevereiro, conforme cláusula de Convenção Coletiva da categoria, destinando tais valores ao sindicato que representa os trabalhadores. A empresa agiu
- (A) corretamente, podendo efetuar tal desconto com base na Convenção Coletiva da categoria, cujas cláusulas foram amplamente debatidas e aprovadas.
 - (B) incorretamente, só podendo efetuar tal desconto dos empregados sindicalizados, devendo restituir tais valores aos não sindicalizados.
 - (C) incorretamente, pois o desconto de todos os empregados é legítimo se tivesse sido celebrado através de Acordo Coletivo de Trabalho, uma vez que teria sido aprovado pela maioria dos empregados da empresa.
 - (D) incorretamente, pois, somente mediante autorização prévia e expressa de todos os empregados, a empresa poderia descontar a contribuição confederativa, devendo restituir tais valores aos trabalhadores.
 - (E) corretamente, equiparando-se a contribuição confederativa à contribuição sindical, esta referente a um dia de salário por ano do empregado, que pode ser descontada de todos, sem qualquer comunicado prévio e destinada ao sindicato que representa os trabalhadores.



44. No tocante ao trabalho noturno, considere:

- I. Joana é empregada urbana da Empresa SEG Ltda., prestando serviços de faxina em escritórios das 22h às 5h do dia seguinte. Neste caso, tem direito ao adicional noturno de 25% sobre a remuneração normal e hora noturna reduzida, equivalente a 52 minutos e trinta segundos.
- II. Ivete é empregada rural das Fazendas Leite Bom Ltda. e ordenha as vacas. Para ter direito ao adicional noturno, deve trabalhar entre 20h de um dia e 4h do dia seguinte, com adicional de 25% sobre a remuneração normal de trabalho, sem direito a hora noturna reduzida.
- III. Solange prestou serviços na Fábrica LWA Ltda. durante dez anos no período noturno, recebendo adicional noturno. Por motivo de escalonamento de pessoal, Solange concordou em ser transferida para o período diurno, razão pela qual perdeu o direito ao adicional noturno recebido habitualmente por tantos anos.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) II e III, apenas.

45. Considere:

- I. O trabalho em regime de tempo parcial é considerado aquele cuja duração não exceda a trinta horas semanais, sem a possibilidade de horas suplementares semanais, ou aquele cuja duração não exceda a vinte e seis horas semanais, com a possibilidade de acréscimo de até seis horas suplementares.
- II. Quando o intervalo para repouso e alimentação não for concedido ou for concedido de forma parcial, implicará o pagamento, de natureza indenizatória, apenas do período suprimido, com acréscimo de 50% sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho.
- III. As dispensas imotivadas individuais, plúrimas ou coletivas, equiparam-se para todos os fins, não havendo necessidade de autorização prévia de entidade sindical ou de celebração de convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho para sua efetivação.

Tendo em vista a Lei nº 13.467/2017, que trouxe alterações à Consolidação das Leis do Trabalho, em relação às afirmativas acima é correto afirmar que a reforma trabalhista introduziu o que consta de:

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

46. Marcela, supervisora do setor de embalagens da Empresa de Lâmpadas CTMR Ltda. foi injustamente dispensada, sendo contratada uma empresa de serviços terceirizados. Marcela foi contratada imediatamente como empregada da empresa terceirizada. Neste caso, é correto afirmar que Marcela

- (A) não poderá prestar serviços para sua antiga empregadora na qualidade de empregada da empresa prestadora de serviços terceirizados, podendo, entretanto, prestar serviços para outras tomadoras de serviços da terceirizada.
- (B) não poderá prestar serviços para sua antiga empregadora na qualidade de empregada da empresa prestadora de serviços terceirizados, em hipótese alguma, sob pena de configuração de fraude às leis trabalhistas.
- (C) poderá prestar serviços para a Empresa de Lâmpadas, na qualidade de empregada da empresa prestadora de serviços terceirizados, desde que cumpra o prazo de carência de doze meses, contados a partir de sua demissão.
- (D) poderá prestar serviços para a Empresa de Lâmpadas, na qualidade de empregada da empresa prestadora de serviços terceirizados, desde que cumpra o prazo de carência de dezoito meses, contados a partir de sua demissão.
- (E) poderá prestar serviços para a Empresa de Lâmpadas, mas não na qualidade de empregada da empresa prestadora de serviços terceirizados, e, sim, através de pessoa jurídica própria, abrindo uma empresa.

**Noções de Direito Administrativo**

47. Integram o universo de agentes alcançados pelo teto remuneratório constitucional, previsto no artigo 37, XI, da Constituição Federal, os servidores públicos ocupantes de cargos,
- (A) funções e empregos públicos na Administração direta, autárquica e fundacional, excluídos os membros de Poderes e os detentores de mandato eletivo, assim como os empregados de empresas públicas e sociedades de economia mista dependentes.
 - (B) funções e empregos públicos na Administração direta e na Administração indireta, excluídos os empregados de empresas públicas e sociedades de economia mista.
 - (C) funções e empregos públicos na Administração direta, excluídos, para essa finalidade, os servidores (sentido lato) da Administração indireta.
 - (D) funções e empregos públicos na Administração direta, autárquica e fundacional, os membros de quaisquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito federal e dos Municípios, os detentores de mandato eletivo e os demais agentes políticos, assim como os empregados de empresas públicas e sociedades de economia mista e subsidiárias dependentes.
 - (E) na Administração direta e na Administração indireta, excluídos os detentores de funções e empregos públicos, da Administração direta ou indireta.

48. Cargos e empregos públicos recebem da Constituição Federal de 1998 o tratamento de unidades autônomas de atribuições, para o desempenho das quais
- (A) é exigida a aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, regra de caráter absoluto, não sujeita a exceções.
 - (B) é exigida a aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração e as contratações por tempo determinado, previstas em lei, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.
 - (C) é exigida a aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, inclusive para as contratações por tempo determinado e para as nomeações para cargo em comissão.
 - (D) não é exigida a aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, mas em processo seletivo simplificado, em razão da constitucionalização dos princípios da razoabilidade e eficiência na gestão da coisa pública.
 - (E) é exigida a aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos para a primeira investidura, não o sendo para as demais, em que o acesso se dá por concurso interno.

49. Considere os itens:

- I. Ato vinculado;
- II. Ato discricionário.

No que concerne aos itens apresentados,

- (A) ambos se submetem a controle interno e externo, este exercido tanto pelo Poder Legislativo, por meio do Tribunal de Contas, como pelo Poder Judiciário.
- (B) o item I submete-se a controle interno e externo; o item II a controle interno apenas, que é denominado autotutela.
- (C) ambos se submetem a controle externo e interno, sendo o controle interno de menor amplitude e extensão que o externo, pois limitado a questões de conveniência e oportunidade.
- (D) o item I submete-se a controle externo; o item II não, pois os atos discricionários, por envolverem juízo de conveniência e oportunidade, afastam o controle de legalidade pelo Poder Judiciário.
- (E) o item II submete-se a controle externo; o item I não, pois os atos vinculados, por envolverem juízo de conveniência e oportunidade, afastam o controle de legalidade pelo Poder Judiciário.

50. Considere:

- I. Delegação, pelo ente titular, da titularidade e da prestação de serviço público à pessoa jurídica ou consórcio de empresas.
- II. Delegação, pelo ente titular, da prestação de serviço público à pessoa jurídica ou consórcio de empresas.
- III. Formalização mediante contrato, precedida de licitação, na modalidade concorrência.
- IV. Fiscalização pelo poder concedente responsável pela delegação, com a cooperação dos usuários.

No que concerne às concessões de serviços públicos regidas pela Lei nº 8.987/1995, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I, II, e IV.
- (C) II, III e IV.
- (D) III e IV.
- (E) I e III.



51. Nos termos da Lei nº 10.520/2002, que disciplina a modalidade licitatória pregão, o recurso deve ser interposto
- (A) assim que encerrada a etapa competitiva e antes da análise dos requisitos de habilitação do licitante classificado em primeiro lugar.
 - (B) assim que declarado pelo pregoeiro o vencedor do certame, oportunidade em que também se devem apresentar as razões recursais, sob pena de prescrição consumativa.
 - (C) no prazo de três dias após declarado pelo pregoeiro o vencedor do certame.
 - (D) assim que declarado pelo pregoeiro o vencedor do certame, oportunidade em que deve declarar intenção de recorrer motivadamente.
 - (E) após encerrada a etapa competitiva e antes do início da análise dos documentos de habilitação, ficando diferido o prazo para apresentação das razões recursais para o momento posterior à declaração do vencedor.
-
52. Conforme a Lei nº 8.666/1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração pública e dá outras providências, a modalidade licitatória concorrência pública
- (A) destina-se a trazer o maior número possível de licitantes ao certame e propiciar a maior competição possível entre entes.
 - (B) permite que qualquer interessado possa contratar com o poder público, pois não admite habilitação técnica e financeira.
 - (C) destina-se à contratação de bens e serviços comuns, observado o limite legal do valor da contratação.
 - (D) prevê o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias entre a publicação do edital e a apresentação dos envelopes de habilitação e propostas de preços.
 - (E) permite a participação apenas de licitantes previamente cadastrados, o que pode dispensar a apresentação de documentos relativos à capacidade jurídica e regularidade fiscal.
-
53. Em relação à revogação e à anulação da licitação,
- (A) a revogação é a invalidação da licitação ou do julgamento por motivo de legalidade e a anulação é a invalidação da licitação por interesse público, embora regular seu procedimento.
 - (B) a anulação é a invalidação da licitação ou do julgamento por motivo de legalidade e a revogação é a invalidação da licitação por interesse público decorrente de fato superveniente, embora regular seu procedimento.
 - (C) a revogação e a anulação da licitação podem se dar tanto pela Administração como pelo Poder Judiciário.
 - (D) a anulação da licitação só pode se dar pela própria Administração ou por decisão do Tribunal de Contas, no exercício do controle externo, já a revogação da licitação pode também ser objeto de controle pelo Poder Judiciário.
 - (E) a revogação pode ser total ou parcial, não sendo possível a anulação de um simples ato do procedimento licitatório, pois sempre incidirá sobre todo o procedimento.
-
54. Dano comprovadamente causado a terceiro por concessionária de serviço público em razão do funcionamento inadequado do serviço prestado, implica responsabilidade
- (A) do poder concedente, titular do serviço, não do concessionário, por ser pessoa jurídica de direito privado.
 - (B) da concessionária de serviço público, que está autorizada a acionar, em ação de regresso, o Poder Público, em razão da titularidade do serviço.
 - (C) do preposto da concessionária que tenha atuado com culpa ou dolo, não da pessoa jurídica, em razão do princípio da separação patrimonial entre a pessoa jurídica e seus integrantes.
 - (D) da concessionária de serviço público, que está autorizada, em caso de dolo ou culpa, a mover ação de regresso contra o causador do evento danoso.
 - (E) do poder concedente, por culpa *in eligendo*, hipótese em que a concessionária não poderá ser diretamente responsabilizada pelo prejudicado, pois responde contratualmente.

Administração Pública

55. Suponha que determinada entidade integrante da Administração pública tenha sido incumbida da execução de um projeto bastante desafiador, que deve ser concluído no prazo máximo de 6 meses. Diante do desafio, o gestor responsável buscou apoio em metodologias consagradas aplicáveis à gestão de projetos. Para atingir o escopo pretendido, o gestor poderá valer-se da metodologia conhecida como:
- (A) Diagrama de Ishikawa, correspondente à representação gráfica de todas as entregas necessárias para a execução do projeto e estimativa do tempo de execução.
 - (B) Business Process Management (BPM), utilizado para gestão de projetos estratégicos com a utilização intensiva da tecnologia da informação em substituição aos gerentes das etapas intermediárias.
 - (C) Enterprise Resource Planning (ERP), utilizado para redesenhar o projeto e suas fases de execução, com vistas à minimização do tempo de duração.
 - (D) Critical Path Method (CPM – método do caminho crítico), utilizado para definir uma sequência lógico-evolutiva das atividades a serem desenvolvidas e concluídas em datas preestabelecidas, com foco no planejamento do prazo de conclusão do projeto.
 - (E) Curva ABC, utilizada para identificar os principais pontos críticos ou “gargalos” na execução do projeto e apresentação de estimativas de tempo de execução, em cenários de risco estimado.



56. A excelência nos serviços públicos está atrelada às melhorias acumuladas no processo de modernização e voltada ao atingimento do grau ótimo de prestação dos serviços públicos ao cidadão. O conceito de qualidade na Administração pública reflete essa busca, com a utilização de ferramentas e metodologias, como o modelo de excelência desenvolvido pela Fundação Nacional de Qualidade (FNQ),
- (A) que permite às organizações avaliarem o grau de excelência atingido, a partir da utilização de um sistema de pontuação apresentado com base nos critérios de excelência da Fundação.
 - (B) que apenas pode ser aplicado a entidades integrantes da Administração que se submetam ao regime jurídico de direito privado, como as sociedades de economia mista.
 - (C) que quando aplicado no setor público, necessita de diagnóstico prévio para identificar os critérios e fundamentos aderentes ao órgão e entidade, com o desenvolvimento de uma matriz específica.
 - (D) que propicia às entidades da Administração pública e aos servidores o acesso a treinamentos e serviços, porém não à avaliação propriamente dita, que é voltada apenas ao setor privado.
 - (E) que embora não aplicável ao setor público, pode servir de parâmetro para o desenvolvimento de modelos próprios de excelência, os quais, por seu turno, podem concorrer à premiação promovida pela Fundação.
-
57. Considere que determinada sociedade de economia mista esteja na fase inicial de implementação de seu planejamento estratégico, mais precisamente na definição da “missão” da entidade, o que significa, de acordo com a conceituação apresentada pela literatura,
- (A) os futuros potenciais da entidade, com análise de variáveis internas e externas que impactam sua atuação.
 - (B) o projeto de futuro da entidade, ou seja, quais os objetivos estratégicos a serem perseguidos.
 - (C) a expressão da essência da entidade, de seus propósitos, ou, mais precisamente, da sua própria razão de existir.
 - (D) os princípios, crenças e padrões que orientam a atuação da entidade e o comportamento de seus colaboradores.
 - (E) as forças e fraquezas da organização, bem como os desafios e oportunidades identificados.
-
58. O denominado Ciclo PDCA, também conhecido como Ciclo da Melhoria Contínua, consiste em
- (A) uma dinâmica de treinamento de pessoal, voltada à otimização de processos produtivos.
 - (B) uma ferramenta utilizada em processos de trabalho, apresentando, como etapas finais, ações avaliativas e corretivas.
 - (C) uma metodologia de avaliação de desempenho que toma por base o envolvimento do avaliado com os propósitos da organização.
 - (D) uma ferramenta de gestão de projetos, com ênfase na segmentação das tarefas em “pacotes de trabalho”.
 - (E) um diagnóstico da organização, realizado a partir de entrevistas com todos os envolvidos no ciclo de produção de bens ou serviços.
-
59. Suponha que determinado cidadão tenha se dirigido a um órgão do Poder Executivo Federal (“órgão solicitado”) pleiteando a concessão de um benefício previsto em lei e para o qual preenche os requisitos necessários. Ocorre que a comprovação dos referidos requisitos legais depende da apresentação de outros documentos e informações detidos por diferentes órgãos da Administração pública federal. Considerando as disposições do Decreto nº 9.094/2017,
- (A) poderá ser dispensada a apresentação de certidão, bem como o reconhecimento de firma, se o benefício requerido for de natureza previdenciária ou assistencial.
 - (B) os órgãos que detêm os documentos e informações estão obrigados a expedir, sem custos, as certidões e cópias requeridas pelo cidadão, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.
 - (C) o órgão solicitado deverá obter, diretamente, os documentos e informações constantes da base de dados dos demais órgãos, vedado exigir do cidadão a apresentação de certidões, salvo disposição legal em contrário.
 - (D) o órgão solicitado deverá buscar, na medida do possível, outras alternativas que dispensem a apresentação de documentos pelo cidadão, valendo-se da presunção de veracidade das declarações prestadas pelo mesmo.
 - (E) o órgão solicitado, embora não possa dispensar a apresentação dos documentos e certidões pelo próprio cidadão, está obrigado a diligenciar junto aos demais órgãos para viabilizar o fornecimento no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.
-
60. De acordo com o que estabelece a Resolução nº 49/2007, do Conselho Nacional de Justiça, o Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica
- (A) deve ser formado por ao menos um magistrado de cada Tribunal e subordina-se diretamente ao Conselho Nacional de Justiça.
 - (B) pode ser instaurado por determinação do Presidente de cada Tribunal, para subsidiar as ações de política judiciária.
 - (C) é órgão integrante da estrutura do Conselho Nacional de Justiça, encarregado da consolidação de dados enviados pelos Tribunais.
 - (D) subordina-se, obrigatoriamente, ao Corregedor de cada Tribunal, subsidiando a atuação do mesmo.
 - (E) possui natureza permanente e integra a estrutura administrativa de cada Tribunal.

**Noções de Orçamento Público**

61. Os princípios orçamentários, extraídos da Constituição Federal e da legislação infraconstitucional que disciplina a matéria, contemplam, entre outros, o
- (A) da universalidade, de acordo com o qual o orçamento deve compreender obrigatoriamente as despesas e receitas relativas a todos os Poderes, órgãos, fundos, tanto da administração direta quanto da indireta, excluídas apenas as entidades que não recebam subvenções ou transferências à conta do orçamento.
 - (B) da não afetação, de acordo com o qual o orçamento não pode consignar destinação de tributos, incluídas taxas, a fundos de despesa, vedando também a vinculação de produto de imposto a garantias perante a União.
 - (C) do equilíbrio, que proíbe a aprovação de orçamento com previsão de déficit, salvo em comprovada situação de constricção econômica, condicionada a realizações de operações de antecipação de receita orçamentária;
 - (D) da exclusividade, que proíbe a inclusão no orçamento de matéria estranha à previsão de receita e fixação de despesas para o exercício, determinando, assim, que as operações de crédito e receitas extraordinárias estejam previstas em peça autônoma.
 - (E) da discriminação, que determina a alocação das receitas orçamentárias às despesas correspondentes, mediante empenho previsto na peça orçamentária, realizado de acordo com a categoria funcional correspondente.
-
62. O conceito de gestão fiscal responsável permeia todo o ciclo orçamentário, incluindo a elaboração das principais peças: Plano Plurianual (PPA); Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). Insere-se, nesse contexto, a obrigatoriedade de inclusão na LOA de
- (A) anexo de riscos fiscais, em que serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.
 - (B) reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante, definido com base na receita corrente líquida, são estabelecidos na LDO, sendo destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.
 - (C) anexo de metas fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública.
 - (D) ações e programas com duração superior a dois exercícios financeiros que não tenham sido passíveis de previsão no PPA.
 - (E) critérios e forma de limitação de empenho, a ser efetivada na hipótese de frustração de receitas que redunde em não cumprimento de resultado primário ou nominal.
-
63. Suponha que o Chefe do Executivo do Estado tenha decidido contemplar determinada carreira de servidores com a concessão de benefícios pecuniários, encaminhando ao Poder Legislativo projeto de lei nesse sentido. Ocorre que, estando no meio do exercício financeiro, constatou-se a insuficiência das dotações orçamentárias correspondentes para suportar a majoração de gastos. Diante de tal cenário, a solução para viabilizar, do ponto de vista orçamentário, a concessão e pagamento dos benefícios consiste em
- (A) abertura de crédito adicional especial, independente de autorização legislativa, desde que fundado em excesso de arrecadação.
 - (B) remanejamento de outras dotações de custeio ou de capital, mediante decreto.
 - (C) abertura de crédito adicional extraordinário, mediante cancelamento de outras dotações de custeio.
 - (D) utilização de restos a pagar, desde que ainda não processados, mediante ato próprio.
 - (E) abertura de crédito adicional suplementar, necessitando de autorização legislativa.
-
64. Os efeitos financeiros decorrentes das denominadas “despesas obrigatórias de caráter continuado”, salvo aquelas decorrentes do reajustamento anual dos servidores e do serviço da dívida, nos termos normatizados pela Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei complementar nº 101/2000),
- (A) serão excluídos para fins de cálculo do superávit financeiro, porém não do limite da dívida consolidada.
 - (B) não são considerados para fins de cômputo do limite de comprometimento de despesa com pessoal.
 - (C) somente poderão ocorrer no exercício subsequente à lei ou ato normativo que lhe der causa.
 - (D) serão suportados com recursos provenientes de alienação de ativos ou de operações de crédito, vedada a utilização de dotações do orçamento vigente.
 - (E) devem ser compensados com aumento permanente de receita ou redução permanente de despesa.
-
65. Um dos instrumentos de controle, transparência e fiscalização previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei complementar nº 101/2000) consiste no Relatório de Gestão Fiscal, que
- (A) deve ser publicado até 30 dias após o encerramento de cada bimestre, contendo demonstrativo do resultado nominal e primário.
 - (B) deve indicar os restos a pagar utilizados para cobertura da extrapolação dos limites fixados no referido diploma legal.
 - (C) deve ser emitido ao final de cada quadrimestre pelos titulares dos Poderes e órgãos discriminados no referido diploma legal.
 - (D) deve ser apresentado pelo Chefe do Executivo ao final do exercício, contendo os principais indicadores de endividamento e despesas de pessoal.
 - (E) integra a prestação de contas do Chefe do Executivo, contendo, entre outros elementos, a comprovação de aplicação dos montantes previstos na Constituição Federal em despesas com Educação e Saúde.

**Gestão de Pessoas**

66. Dentre os métodos consagrados de avaliação de desempenho mais contemporâneos, tem-se a avaliação 360° ou circular,
- (A) baseada na indicação, pelo avaliador, de aspectos excepcionalmente positivos e negativos do avaliado.
 - (B) que contempla a autoavaliação como componente necessário do processo avaliatório.
 - (C) ranqueando os componentes da equipe de acordo com a posição no universo total de avaliados.
 - (D) que sustenta que a avaliação é um processo falho por natureza, razão pela qual deve ser cotejada com outros referenciais de mercado.
 - (E) baseada em avaliações externas, realizadas por consultores especializados, com independência em relação aos avaliados e seus superiores.
-
67. O fenômeno da motivação tem sido estudado sob diferentes enfoques e, nesse sentido, uma das possíveis categorizações das denominadas teorias motivacionais apresenta a divisão entre teorias de conteúdo e teorias de processo, as quais abordam, respectivamente,
- (A) a motivação propriamente dita, entendida como uma qualidade inata; os estímulos motivacionais, entendidos como insu-
mos necessários, porém não suficientes, para a motivação.
 - (B) aquilo em que consiste a motivação para cada indivíduo, com ênfase nos valores e crenças; aquilo em que consiste a
motivação para o grupo e como induzi-la, com ênfase nas dinâmicas.
 - (C) as condições precedentes para a motivação do indivíduo, a exemplo dos aspectos psicológicos; os métodos aplicáveis
para induzir ou fomentar a motivação, a exemplo do treinamento de sensibilidade.
 - (D) os fatores que motivam o indivíduo, a exemplo dos ligados à subsistência; os processos cognitivos que influenciam a moti-
vação, a exemplo do reforço positivo.
 - (E) os componentes estáticos da motivação, como valência e instrumentalidade; os componentes dinâmicos da motivação,
como propósito e resiliência.
-
68. O processo decisório consiste, tal como descrito pela doutrina especializada, na escolha do caminho mais adequado a ser se-
guido pela organização em determinada situação e contexto, optando-se entre alternativas ou possibilidades para resolver pro-
blemas ou aproveitar oportunidades. Nesse contexto, a doutrina também indica diferentes tipos de decisão e diferentes proces-
sos de tomada de decisão, a exemplo
- (A) da tomada de decisão democrática, aplicável apenas para problemas que envolvem as diretrizes estratégicas da organi-
zação, no bojo de um processo de planejamento, e que redundam na denominada "posição central".
 - (B) das decisões não programadas, também denominadas intuitivas, tomadas em situações ordinárias e extraordinárias viven-
ciadas pela organização, porém envolvendo alta tensão.
 - (C) da tomada de decisão consensual, que decorre de processo de consulta e votação de todos os membros da organização
envolvidos no tema em debate, prevalecendo o voto da maioria.
 - (D) das decisões programadas, que não se confundem com as racionais, pois não envolvem, necessariamente, o acervo de
soluções da organização, mas sim as práticas usuais de cada líder.
 - (E) da tomada de decisão consultiva, que pressupõe a participação dos membros da organização envolvidos com a apre-
sentação de opiniões quanto à melhor solução.
-
69. Suponha que determinada entidade integrante da Administração indireta do Estado, com personalidade jurídica de direito pri-
vado, pretenda aplicar preceitos de gestão por competências para obter melhorias na qualidade dos serviços desempenhados.
Para tanto, iniciou processo de mapeamento de competências, com base nos referidos preceitos, o que significa que está
- (A) buscando, no mercado, os profissionais mais adequados e capacitados para o desempenho de suas atividades.
 - (B) identificando as competências técnicas e comportamentais necessárias para cada uma das posições da referida entidade.
 - (C) avaliando o desempenho dos seus empregados, para identificar os mais preparados e aptos para posições gerenciais e de
comando.
 - (D) implementando processo de promoção ou progressão por mérito, com base na pontuação atribuída em função das com-
petências detidas pelos empregados.
 - (E) construindo uma matriz de forças e fraquezas da organização, em função das competências disponíveis, e dos desafios e
oportunidades que demandam aquelas ainda não disponíveis.
-
70. Os conceitos modernos de planejamento de RH predicam que tal atividade não deve ocorrer de forma estanque, mas sim ali-
nhada com o planejamento estratégico da organização, levando em conta, também, indicadores próprios de gestão de pessoas,
como rotatividade e absenteísmo, este último correspondente
- (A) à soma dos períodos em que os empregados estejam ausentes do trabalho.
 - (B) à média de desligamentos e admissões de empregados verificada pela organização em determinado período.
 - (C) exclusivamente às faltas injustificadas dos empregados, passíveis de ensejar desligamentos.
 - (D) tanto às ausências formais do empregado, como aos períodos em que esteve frequente porém sem apresentar resultado
efetivo.
 - (E) à postura de determinados empregados consistente na ausência de comprometimento com as metas e objetivos da em-
presa, que pode ensejar a decisão de desligamento.

**DISCURSIVA-REDAÇÃO****Instruções Gerais:**

Conforme Edital publicado, Capítulo 12: 12.6 Na aferição do critério de correção gramatical, por ocasião da avaliação do desempenho na Prova Discursiva-Redação a que se refere este Capítulo, os candidatos devem usar as normas ortográficas em vigor a partir de 1 de janeiro de 2016, implementadas pelo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. 12.7 Será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva-Redação que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) apresentar texto sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; c) for assinada fora do local apropriado; d) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; e) estiver em branco; f) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível. 12.8 Na Prova Discursiva-Redação, a folha para rascunho no Caderno de Provas será de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção pela Banca Examinadora. 12.9 Na Prova Discursiva-Redação deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação. 12.10 A Prova Discursiva-Redação terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta).

Observação: NÃO é necessária e/ou obrigatória a colocação de título na sua Redação.

A concentração aguda de riqueza em mãos privadas veio acompanhada de uma perda do poder da população geral. As pessoas se sentem menos representadas. Trata-se, na verdade, da desilusão com as estruturas institucionais, que chegou a um ponto em que as pessoas já não acreditam nos fatos. Se você não confia em ninguém, por que tem de confiar nos fatos?

(Disponível em: CHOMSKY, Noam. <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/06>)

Com base no excerto acima, redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o tema:

A informação em face do descrédito institucional.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	